

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. O faturamento da Companhia, que opera exclusivamente com o ramo DPVAT, alcançou R\$ 3,9 milhões em 2018. O patrimônio líquido atingiu R\$ 7,6 milhões em 2018, crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior. O lucro líquido alcançou R\$ 1,6 milhões, representando um aumento de 36,7% em relação a 2017. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 6,7 milhões. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos seus parceiros pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
Circulante	21.164	18.558			Circulante	14.214	12.688		
Disponível	31	1.959			Contas a Pagar	492	484		
Caixa e Bancos	31	1.959			Obrigações a Pagar	481	426		
Aplicações	20.372	16.270			Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1	4		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	2.371	2.460			Impostos e Contribuições	10	54		
Quotas de Fundos de Investimentos	18.001	13.810			Débitos de Operações com Seguros	49	61		
Outros Créditos Operacionais	7	74			Provisões Técnicas - Seguros	13.673	12.143		
Títulos e Créditos a Receber	754	255			Não Circulante	2.782	2.523		
Títulos e Créditos a Receber	719	245			Outras Contas a Pagar - Obrigações				
Créditos Tributários e Previdenciários	35	10			Fiscais	2.782	2.523		
Ativo Não Circulante	3.392	2.997			Patrimônio Líquido	7.560	6.344		
Realizável a Longo Prazo	3.164	2.873			Capital Social	4.699	4.699		
Títulos e Créditos a Receber	3.164	2.873			Reservas de Capital	16	16		
Créditos Tributários e Previdenciários	222	223			Reservas de Lucros	2.845	1.629		
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.942	2.650			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	24.556	21.555		
Investimentos	193	62							
Participações Societárias	193	62							
Imobilizado - Consórcio DPVAT	18	33							
Bens Móveis	14	15							
Outras Imobilizações	4	18							
Intangível - Consórcio DPVAT	17	29							
Total do Ativo	24.556	21.555							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva de Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.699	1	15	427	312	-	5.454
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.167	1.167
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	58	-	(58)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	-	832	(832)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(277)	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.699	1	15	485	1.144	-	6.344
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.595	1.595
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	80	-	(80)	-
Dividendos Mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(379)	(379)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(485)	1.621	(1.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.699	1	15	565	659	1.621	7.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, autorizada a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2018 e 2017. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2019. **Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Uso de Estimativas:** A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) aplicações financeiras (nota 5); (ii) créditos tributários e previdenciários (nota 6); (iii) provisões judiciais (notas 3.6 e 10.1). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações. **3.1 Instrumentos Financeiros:** a) **Disponível:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. b) **Instrumentos Financeiros não derivativos:** **Ativos Financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e (ii) **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **3.2 Consórcio DPVAT:** A Seguradora Líder tem como missão administrar com eficiência o seguro obrigatório de acidentes de trânsito, repassando as parcelas de prêmios, coordenando a emissão de bilhetes, liquidando os sinistros e pagando as despesas de administração com os recursos dos consórcios. As seguradoras aderem ao Consórcio mediante manifestação escrita de adesão na qual aceitam integralmente as suas cláusulas e condições acompanhadas de autorização da SUSEP. Os percentuais de participação acionária da Companhia na Seguradora Líder são calculados no momento das entradas e saídas das consorciadas, considerando 50% com base no PLA (Patrimônio Líquido Ajustado) de cada seguradora participante do Consórcio, mais 50% definidos com base nas regiões onde as sociedades participantes estão autorizadas a operar, conforme metodologia de cálculo definida na Resolução CNSP nº 332 de Dezembro de 2015 e suas alterações posteriores. **3.3 Investimentos:** A Companhia tem participação em ações correspondentes a 0,21% do capital da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder"), que é contabilizada ao custo de aquisição. As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial" (nota 7). **3.4 Imobilizado / Intangível:** O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. O intangível é composto pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. A amortização é calculada pelo método linear e realizada a partir da data de uso do Ativo. A vida útil é determinada de acordo com os prazos e/ou vigência dos contratos. O intangível é avaliado a cada data de divulgação, quando há indício de perda sobre o valor do ativo e a sua recuperabilidade. As aquisições do Imobilizado e do Intangível são realizadas com recursos do Consórcio, sendo que cada Consorciada tem sua cota parte e, em caso de dissolução do Consórcio, esses valores financeiros serão devidos às Consorciadas. **3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** A receita de prêmios de DPVAT e as

respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder na proporção do percentual de participação como Consorciada. Os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração, conforme definido em instrumentos do consórcio. A constituição das provisões técnicas do DPVAT tem regras diferenciadas estabelecidas em Resolução CNSP nº 153/06, sendo o IBNR e a PDA calculados conforme metodologia definida no normativo em vigor considerando o percentual estabelecido para cada exercício e a PSL constituída conforme metodologia definida pela Seguradora Líder. **3.6 Provisões Judiciais e Obrigações Fiscais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Tal critério encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais. **3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. A provisão para os impostos diferidos é constituída mediante aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos corrente, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. Com o fim da vigência da Lei nº 13.169 em 31/12/2018, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2019. **3.8 Contratos de Seguros:** Define-se como contrato de seguro um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - Contratos de Seguro". **3.9 Novas Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (iii) contabilização de cobertura (*hedging accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações está em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP. **IFRS 16 / CPC 06 - Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos - e suas interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é voltada para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Companhia fez o levantamento de todos os contratos de aluguel vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de identificar se esses contratos possuem características de arrendamentos e com base nisso, mensurar os impactos contábeis no reconhecimento inicial. A avaliação dos impactos está em andamento, porém, com base nas características dos contratos existentes, a Companhia espera que os impactos decorrentes da adoção da norma não sejam significativos. **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico. A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **4. GESTÃO DE RISCO:** A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme

Gerais, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. O faturamento da Companhia, que opera exclusivamente com o ramo DPVAT, alcançou R\$ 3,9 milhões em 2018. O patrimônio líquido atingiu R\$ 7,6 milhões em 2018, crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior. O lucro líquido alcançou R\$ 1,6 milhões, representando um aumento de 36,7% em relação a 2017. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 6,7 milhões. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer aos seus parceiros pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2018	2017
Prêmios Emitidos	3.521	4.355
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios	(13)	(20)
Prêmios Ganhos	3.508	4.335
Receita com Emissão de Apólices	408	386
Sinistros Ocorridos	Nota 15 (2.853)	(3.664)
Custos de Aquisição	Nota 15 (41)	(51)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 15 405	777
Resultado com Operações de Seguros	1.427	1.783
Despesas Administrativas	Nota 15 (627)	(570)
Despesas com Tributos	Nota 15 (368)	(436)
Resultado Financeiro	Nota 15 378	544
Resultado Patrimonial	Nota 7 1.184	457
Resultado Operacional	1.994	1.778
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(8)	26
Resultado Antes de Impostos e Participações	1.986	1.804
Imposto de Renda	Nota 16 (177)	(303)
Contribuição Social	Nota 16 (214)	(334)
Lucro Líquido do Exercício	1.595	1.167
Resultado Abrangente do Exercício	1.595	1.167
Quantidade de Ações	3.316.721	3.316.721
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,48	0,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido no exercício	1.595	1.167
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	43	6
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	-	(26)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.184)	(457)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.104)	488
Créditos fiscais e previdenciários	(24)	(6)
Depósitos judiciais e fiscais	(291)	(379)
Outros ativos	98	(73)
Impostos e contribuições	389	572
Outras contas a pagar	213	389
Débitos de operações com seguros e resseguros	(12)	11
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.530	49
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	(1.747)	1.741
Impostos sobre o lucro pago	(437)	(525)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades Operacionais	(2.184)	1.216
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	(34)
Imobilizado e Intangível	(15)	(17)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	548	491
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	533	440
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(277)	(104)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(277)	(104)
Aumento/Redução Líquido de caixa no exercício	(1.928)	1.552
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.959	407
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31	1.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

definição dada pela Circular SUSEP nº 521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. **4.1 Sistema de Controles Internos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos:** **4.2.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros:** **4.2.1.1 Risco de Crédito** - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 2.371 (R\$ 2.460 em 31/12/2017). **4.2.1.2 Risco de Mercado** - Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	31/12/2018		31/12/2017		
Fatores de Riscos (Em Reais)	DV-01	VAR Exposição	DV-01	VAR Exposição	
Pré-fixado - DI	0,32	1,18	20,243	0,25	0,17
IPCA	0,02	0,27	129	0,02	0,05
Total	0,41	1,42	20,372	0,27	0,15

4.2.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2018		
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	1 a 3 Anos	Total
Ativos Financeiros	21.700	2.371	24.071
Caixa e Bancos	31	-	31
Aplicações	18.001	2.371	20.372
Créditos das Operações	7	-	7
Títulos e Créditos a Receber	3.661	-	

continuação

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Nível 1	31/12/2018		31/12/2017		Rentabilidade
	Contábil/Mercado	%	Contábil/Mercado	%	
Letras Financeiras do Tesouro	2.371	11,64%	2.460	15,12%	SELIC
Nível 2					
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	18.001	88,36%	13.810	84,88%	
Categoria 1 - Valor justo por meio de resultado	20.372	100,00%	16.270	100,00%	
Total no Circulante	20.372	100,00%	16.270	100,00%	

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. **5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria:**

Valor Justo por meio do Resultado	
Saldo em 31/12/2016	16.757
Aplicações	1.344
Resgates	(3.458)
Rentabilidade	1.627
Saldo em 31/12/2017	16.270
Aplicações	5.404
Resgates	(2.445)
Rentabilidade	1.143
Saldo em 31/12/2018	20.372

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: A rubrica "Créditos Tributários" no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 35 (R\$ 10 em 31/12/2017). Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais. A seguir, a composição das adições/exclusões temporárias:

7. INVESTIMENTOS: Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações	Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
							31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	3.012	1,00%	301	15.411	118.096	154	3	1.181	457
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.	-	1.123	0,01%	80.245	46.443	1.504	3	3	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	31.365	-	0,21%	15.000	16.836	1.112	36	56	3	-
Total de Investimentos							193	62	1.184	457

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Movimentação Investimentos	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Adições	Dividendos	Adições	Dividendos	Adições	Dividendos
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	33	(486)	457	4	(1.031)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda	2	1	-	3	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	34	-	(5)	26	55	(28)
Total	36	34	(491)	483	62	(1.059)

8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS: As provisões estão classificadas no passivo circulante, registradas nos ramos de pessoas (DPVAT) e são compostas das seguintes formas:

SEGUROS	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Juros	Constituição	Reversão	Juros	Constituição	Reversão
Sinistros a liquidar administrativo	454	37	4	(216)	279	18
Sinistros a liquidar judicial	1.975	192	214	(1.073)	1.308	79
Total	2.429	229	218	(1.289)	1.587	97
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	9.572	982	1.917	(1.983)	10.488	747
Provisão para Despesas Relacionadas	93	8	60	(93)	68	11
Total	12.094	1.219	2.195	(3.365)	12.143	855

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas			
Letras Financeiras do Tesouro	2.371	2.460		
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	18.001	13.810		
Total de Aplicações	20.372	16.270		
Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	6.699	4.127		

10. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCALIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: Provisões Judiciais: A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis. Em causas fiscais, existem 4 processos sendo os principais discutindo CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15%; e majoração da alíquota de 15% para 20%, PIS/Cofins - Alargamento da base, todos com

probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 3.366 (R\$ 2.522 em 31/12/2017). Em causas cíveis, existem 6 processos discutindo cédulas bancárias, todos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 304 (R\$ 245 em 31/12/2017). **Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais:** São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial e são compostas como segue:

Contribuição	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Adi-ções	Atualizações	Adi-ções	Atualizações	Adi-ções	Atualizações
Social	843	150	62	1.055	89	50
COFINS	1.003	66	65	1.134	48	52
PIS	304	10	20	334	7	13
Total	2.150	226	147	2.523	144	115

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 31/12/2018	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 31/12/2018	Valor atualizado em 31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Provável	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 1.247	R\$ 1.079	R\$ 1.194	R\$ 1.055
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância."	R\$ 1.518, sendo R\$ 1.294 COFINS, e R\$ 224 PIS	R\$ 1.403, sendo R\$ 1.201 COFINS, e R\$ 202 PIS	R\$ 1.588, sendo R\$ 1.234 COFINS e R\$ 200 PIS	R\$ 1.319, sendo R\$ 1.134 COFINS e R\$ 185 PIS
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 174	R\$ 168	R\$ 154	R\$ 149

Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

Contribuição	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Saldos em	Atualização	Saldos em	Atualização	Saldos em	Atualização
social	879	128	72	1.079	118	50
COFINS	1.056	61	84	1.201	41	52
PIS	337	9	24	370	13	15
OUTROS	-	-	-	3	-	3
Ativos Fiscais	2.272	198	180	2.650	175	117

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31/12/2018 é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias nominativas. As Reservas de Lucros de R\$ 2.845 são compostas por: Reserva de Capital em 31/12/2018 e 31/12/2017 é composta por R\$ 16 de Subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07. Reserva legal de R\$ 565 (R\$ 485 em 31/12/2017) é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício e seu saldo limitado a 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva estatutária de R\$ 659 (R\$ 1.144 em 31/12/2017) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. Dividendo Adicional Proposto de R\$ 1.621 (R\$ 277 em 31/12/2017), referente à dividendo complementar.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO. Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

Patrimônio Líquido Ajustado	31/12/2018		31/12/2017	
	Patrimônio Líquido	Ajustado	Patrimônio Líquido	Ajustado
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional	(193)	(62)	(17)	(29)
Ativos Intangíveis	(17)	(29)	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	7.350	6.253	4.000	4.000
Capital Base (CB)	4.000	4.000	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito	90	177	240	73
Capital de Risco de Mercado	240	73	(53)	(42)
Capital de Risco - Redução por correlação	(53)	(42)	56	50
Capital de Risco (CR)	333	258	4.000	4.000
Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))	4.000	4.000	3.323	2.253
Suficiência	1,84	1,56		

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no

cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

13. PARTES RELACIONADAS. As principais transações com partes relacionadas são como segue:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Contas a Receber	625	309
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]	7	74
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	14	92
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Coligada) [a]	1	6
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	1	9
Icatu Assessoria Ltda. (Coligada) [a]	2	8
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a] [c]	600	120
Passivo		
Contas a Pagar	(428)	(339)
Icatu Seguros S.A. (Controladora) [a]	(379)	(277)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [b]	(49)	(62)
Total (Ativo - Passivos)	197	(30)
Recursos		
Recuperação de Despesas	551	727
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a]	383	520
Icatu Serviços de Gestão Previdenciária Ltda (Coligada) [a]	33	56
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a]	58	84
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a]	18	12
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) [a]	59	55
Total (Recursos - Despesas)	551	727

a) Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia e suas ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; b) O saldo referente a Seguradora Líder origina-se da participação da companhia no consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo um "Contas a Receber/Pagar"; c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas.

Ramo	31/12/2018		Comissionamento
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	
DPVAT	3.508	81,3%	1,3%
Total	3.508	81,3%	1,3%

Ramo	31/12/2017		Comissionamento
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade	
DPVAT	4.335	84,5%	1,2%

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Sinistros Ocorridos	31/12/2018		31/12/2017	
	(2.853)	(3.664)	(2.054)	(2.484)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(2.054)	(2.484)		
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados			75	(90)
Despesas com Sinistros	(874)	(1.090)		
Custo de Aquisição	(41)	(51)		
Comissões - DPVAT	(41)	(51)		
Outras Receitas e Despesas Operacionais	405	777		
Despesas com Cobrança DPVAT	(422)	(372)		
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Consórcio DPVAT	827	1.149		
Despesas Administrativas	(627)	(570)		
Pessoal Próprio	(18)	(18)		
Serviços de Terceiros	(88)	(147)		
Localização e Funcionamento	(54)	(43)		
Convênio DPVAT	(418)	(290)		
Outras Despesas Administrativas	(49)	(72)		
Despesas com Tributos	(368)	(436)		
COFINS	(210)	(271)		
PIS	(38)	(53)		
Taxa de Fiscalização	(113)	(103)		
Outros	(7)	(9)		
Resultado Financeiro	378	544		
Receitas Financeiras	1.300	1.819		
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	138	191		
Títulos de Renda Fixa Privados	1	3		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	153	225		
Convênio DPVAT	888	1.239		
Outras Receitas Financeiras	120	161		
Despesas Financeiras	(922)	(1.275)		
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(856)	(1.219)		
Outras Despesas Financeiras	(66)	(56)		

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

Resultado antes dos Impostos e Participações	31/12/2018		31/12/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	1.986	1.986	1.804	1.804
Adições	141	141	173	173
Doações e Patrocínios Indedutíveis	6	6	12	12
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	120	120	161	161
Provisões Indedutíveis	15	15	-	-
Exclusões	(1.305)	(1.305)	(616)	(616)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(121)	(121)	(159)	(159)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.184)	(1.184)	(456)	(456)
Dividendos Recebidos	-	-	(1)	(1)
Resultado Ajustado	822	822	1.361	1.361
Lucro após as Compensações	822	822	1.361	1.361
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 5%	15% + 10%	15% + 5%
Despesas / Constituição / Reversão com IRPJ/CSLL	(182)	(164)	(316)	(272)
Incentivos Fiscais	5	-	12	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	-	-	1	-
Atualização Monetária Processo Judicial	-	(50)	-	(62)
Despesas				